

PLANO DE ENSINO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Disciplina: Propriedade Privada, Constituição e Transformações Tecnológicas

Professor: Francisco Luciano Lima Rodrigues

Créditos: 03 (três)

Carga Horária: 45 h/a

E-mail: lucianolima@unifor.br

2. SÍNTESE DE CURRÍCULO

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2003), com estágio de pesquisa financiado pela CAPES na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Mestre em Direito e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Ceará (UFC, 2000) e graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR, 1986). É Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional (Mestrado e Doutorado) da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Possui trajetória acadêmica fortemente retroalimentada por sua vivência empírica na operação do sistema de justiça, atuando como Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) e ex-Diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (ESMEC). Essa perspectiva institucional singular tem fundamentado suas pesquisas sobre o desenho institucional do Poder Judiciário, a litigiosidade de massa e a proteção de grupos vulneráveis.

Atualmente, concentra suas investigações científicas em dois eixos complementares: (i) as interseções entre o Constitucionalismo Digital e a governança algorítmica, investigando empiricamente os impactos da inteligência artificial na fundamentação das decisões judiciais e na estruturação do Devido Processo Tecnológico; e (ii) a inclusão e o exercício da capacidade civil pela Pessoa com Deficiência à luz da ordem constitucional contemporânea. Possui publicações em periódicos e obras coletivas nacionais e internacionais, com destaque para capítulos publicados na Espanha (Sepin Editorial Jurídica, Madrid, 2023) e na Itália (Edizioni Scientifiche Italiane, Napoli, 2026).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3409-970X>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9326222299635345>

3. OBJETIVO

A disciplina tem como objetivo promover uma análise crítica e aprofundada sobre as transformações que as revoluções tecnológica e digital impõem ao direito de propriedade privada, compreendido em sua dupla dimensão: como direito fundamental vinculado à dignidade da pessoa humana e como instituto civil-constitucional sujeito a condicionamentos sociais, ambientais e econômicos. Busca-se, em particular, examinar como a emergência da economia de plataformas, da inteligência artificial generativa, do capitalismo de vigilância e das novas formas de apropriação de dados reconfigura as estruturas jurídicas de *entitlement* e *disentitlement*, desafiando os marcos teóricos clássicos da propriedade no Estado Democrático de Direito.

4. EMENTA

A propriedade privada no constitucionalismo contemporâneo. Reconstrução civil-constitucional do direito de propriedade. Propriedade privada como direito fundamental e sua vinculação à dignidade da pessoa humana. Função social da propriedade e seus desdobramentos no Estado Democrático de Direito. Limitações constitucionais ao direito de propriedade. Propriedade, desigualdade e justiça distributiva. Transformações econômicas e tecnológicas da propriedade privada. Propriedade de dados, economia digital e plataformas tecnológicas. Inteligência artificial e novas formas de apropriação econômica. Propriedade intelectual e inovação tecnológica. Propriedade informacional e capitalismo de vigilância. Propriedade, sustentabilidade e desenvolvimento. Novas formas de propriedade na sociedade digital. Reconfiguração da propriedade privada no constitucionalismo contemporâneo.

5. PROGRAMA

	CONTEÚDO DAS AULAS	DATA
1	Propriedade e Constituição	
2	Função social	
3	Transformações econômicas	
4	Propriedade digital	
5	IA e apropriação	
6	Propriedade intelectual	
7	Capitalismo informacional	
8	Sustentabilidade	
9	Ativos digitais	
10	Modelos comparados	
11	Aula internacional	
12	Trabalhos	

13	Trabalhos finais	
----	------------------	--

6. METODOLOGIA

O curso compreenderá um total de 15 (quinze) encontros, distribuídos em seis blocos temáticos, acrescidos de sessão especial com a participação de professor(a) estrangeiro(a) e duas sessões destinadas à apresentação dos trabalhos finais. As aulas serão expositivas e dialogadas, com estímulo permanente à participação crítica dos discentes por meio de seminários, debates orientados e análise de casos concretos envolvendo contratos digitais, termos de uso de plataformas e decisões judiciais nacionais e comparadas. As atividades apoiar-se-ão em consulta à doutrina especializada disponível nas bibliotecas digital e física da UNIFOR, bem como em periódicos nacionais e internacionais indexados. No decorrer do semestre letivo, os discentes deverão agendar encontros individuais com o professor, com a finalidade de receber orientação sobre a escolha do tema e o desenvolvimento do artigo final. A participação de professor(a) estrangeiro(a), prevista para o décimo terceiro encontro, integrará o espaço avaliativo da disciplina, com exposição temática e debate aberto sobre perspectivas comparadas do direito contratual digital, proteção do consumidor e regulação de plataformas.

7. AVALIAÇÃO

7.1 Artigo Final

O artigo consiste na redação de texto inédito, com extensão entre 15 e 25 páginas, obedecendo às normas da ABNT. O tema deve estar diretamente relacionado ao conteúdo da disciplina e apresentar nível de aprofundamento compatível com a pós-graduação stricto sensu.

Deve incluir, no mínimo, 10 referências de obras de doutrina, sendo pelo menos 1/3 de publicações estrangeiras, preferencialmente artigos de periódicos científicos. Não se recomenda a utilização de manuais de Direito, textos jornalísticos, blogs ou fontes não científicas.

Os trabalhos devem ser enviados ao e-mail lucianolima@unifor.br, nos formatos PDF e Word, com a indicação: TRABALHO FINAL — CONTRATOS DIGITAIS E TUTELA DA PESSOA HUMANA. O prazo de entrega é de dez (10) dias após a apresentação em sala de aula.

7.2 Critérios de Avaliação

- Tema diretamente relacionado à disciplina;
- Nível de aprofundamento compatível com curso de pós-graduação stricto sensu;

- Citação de, no mínimo, 10 textos de doutrina, sendo 1/3 de obras estrangeiras (livros, capítulos de livros ou artigos científicos). Recomenda-se fortemente não citar textos direcionados à graduação ou não científicos;
- Obediência às regras da ABNT;
- Quanto à utilização de IA Generativa pelos alunos nas atividades da disciplina, inclusive no trabalho final, SOMENTE poderá ocorrer com a finalidade de formatar o trabalho, corrigir o uso da língua portuguesa e preparar roteiro de apresentação, sendo INDISPENSÁVEL a transparência no uso e a indicação do PROMPT utilizado. A não observância importará na rejeição do trabalho e reprovação do aluno(a).

7.3 Frequência

Frequência obrigatória de 75%. O aluno pode faltar no máximo 3 aulas.

8. BIBLIOGRAFIA

8.1 Obras de Referência — Direito de Propriedade e Constitucionalismo

BARCELONA, Pietro. *El individualismo propietario*. Tradução de Jesús Ernesto García Navarro. Madrid: Trotta, 1996.

COMPARATO, Fábio Konder. *Direitos e deveres fundamentais em matéria de propriedade*. In: STROZAKE, Juvelino José (org.). *A questão agrária e a justiça*. São Paulo: RT, 2000.

FACHIN, Luiz Edson. *A função social da posse e a propriedade contemporânea*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988.

FERRAJOLI, Luigi. *Manifiesto por la igualdad*. Tradução de Perfecto Andrés Ibáñez. Madrid: Trotta, 2019.

GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988*. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

MENEZES, Joyceane Bezerra de; CICCIO, Maria Cristina de; RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. *Direito civil na legalidade constitucional*. Indaiatuba: Foco, 2021.

PENALVA SANTOS, Boaventura de Sousa. *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. New York: Routledge, 1995.

RODOTÀ, Stefano. *El derecho a tener derechos*. Tradução de José Manuel Revuelta López. Madrid: Trotta, 2014.

RODOTÀ, Stefano. *El terrible derecho: estudios sobre la propiedad privada*. Tradução de Luis Díez-Picazo. Madrid: Civitas, 1986.

8.2 Obras de Referência — Propriedade, Tecnologia e Economia Digital

COHEN, Julie E. *Between Truth and Power: The Legal Constructions of Informational Capitalism*. New York: Oxford University Press, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/book/37371>

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Commun: essai sur la révolution au XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2014. [Ed. brasileira: *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.]

MAIA, Roberta Mauro Medina. *Posse e propriedade na era do metaverso*. Revista Brasileira de Direito Civil — RBDCivil, Belo Horizonte, v. 32, n. 2, p. 301-327, abr./jun. 2023. DOI: 10.33242/rbdc.2023.02.012. Disponível em: <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/807>

PASQUALE, Frank. *The Black Box Society: The Secret Algorithms That Control Money and Information*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

PISTOR, Katharina. *The Code of Capital: How the Law Creates Wealth and Inequality*. Princeton: Princeton University Press, 2019.

ZUBOFF, Shoshana. *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. New York: PublicAffairs, 2019. [Ed. portuguesa: *A era do capitalismo de vigilância*. Lisboa: Relógio D'Água, 2020.]

8.3 Artigos em Periódicos Internacionais (Scopus/Web of Science)

BARONA VILAR, Silvia. *Dataización de la justicia (Algoritmos, Inteligencia Artificial y Justicia, ¿el comienzo de una gran amistad?)*. Revista Boliviana de Derecho, Santa Cruz de la Sierra, n. 36, p. 14-45, jul. 2023. Disponível em: <https://www.revistabolivianadederecho.org/index.php/rbd/article/view/548>

COHEN, Julie E. *The Biopolitical Public Domain: The Legal Construction of the Surveillance Economy*. Philosophy & Technology, v. 31, p. 213-233, 2018. DOI: 10.1007/s13347-017-0258-2. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s13347-017-0258-2>

FLORIDI, Luciano et al. *An Ethical Framework for a Good AI Society: Opportunities, Risks, Principles, and Recommendations*. Minds and Machines, v. 28, n. 4, p. 689-707, 2018. DOI: 10.1007/s11023-018-9482-5. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11023-018-9482-5>

HICKS, Jacqueline. *The future of data ownership: An uncommon research agenda*. The Sociological Review, London, v. 71, n. 3, p. 619-636, 2023. DOI: 10.1177/00380261221088120. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/00380261221088120>

HILDEBRANDT, Mireille. *Law as Information in the Era of Data-Driven Agency*. The Modern Law Review, London, v. 79, n. 1, p. 1-30, 2016. DOI: 10.1111/1468-2230.12166. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-2230.12166>

KROLL, Joshua A. et al. *Accountable Algorithms*. University of Pennsylvania Law Review, Philadelphia, v. 165, n. 3, p. 633-705, 2017. Disponível em: https://scholarship.law.upenn.edu/penn_law_review/vol165/iss3/3/

PASQUALE, Frank. *From Territorial to Functional Sovereignty: The Case of Amazon*. Law and Political Economy, v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: <https://lpeproject.org/blog/from-territorial-to-functional-sovereignty-the-case-of-amazon/>

RIKAP, Cecilia; LUNDVALL, Bengt-Åke. *Big Tech, Knowledge Predation and the Implications for Development*. Innovation and Development, v. 12, n. 3, p. 389-416, 2022. DOI: 10.1080/2157930X.2020.1855825 . Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/2157930X.2021.1890307>

WEST, Sarah Myers. *Data Capitalism: Redefining the Logics of Surveillance and Privacy*. Business & Society, v. 58, n. 1, p. 20-41, 2019. DOI: 10.1177/0007650317718185. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0007650317718185>

YEUNG, Karen. *Algorithmic Regulation: A Critical Interrogation*. Regulation & Governance, v. 12, n. 4, p. 505-523, 2018. DOI: 10.1111/rego.12158. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/rego.12158>

8.4 Artigos em Periódicos Nacionais Qualificados (A1/A2)

ALMEIDA JÚNIOR, Jesualdo Eduardo de; REINAS, Caroline Pastrri Pinto. *Responsabilidade civil de algoritmos*. Revista de Direito Civil Contemporâneo, São Paulo, v. 36, ano 10, p. 151-173, jul./set. 2023.

DUARTE, Alan; NEGÓCIO, Ramon de Vasconcelos. *Todos são iguais perante o algoritmo? Uma resposta cultural do Direito à discriminação algorítmica*. Revista de Direito Público — RDP, Brasília, v. 18, n. 100, p. 218-244, out./dez. 2021.

FRAZÃO, Ana. *Plataformas digitais e os desafios para a regulação jurídica*. Revista de Direito Público — RDP, Brasília, v. 18, n. 100, p. 13-42, out./dez. 2021.

MAIA, Roberta Mauro Medina. *Posse e propriedade na era do metaverso*. Revista Brasileira de Direito Civil — RBDCivil, Belo Horizonte, v. 32, n. 2, p. 301-327, abr./jun. 2023. DOI: 10.33242/rbdc.2023.02.012. Disponível em: <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/807>

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. *La transformación digital en el ámbito del Poder Judicial brasileño y la posible ofensa a los derechos humanos por la exclusión de personas vulnerables*. In: BALLESTEROS, María Concepción Rayón; LOPES, Ana Maria D'Ávila (org.). *Transformación digital de la sociedad y derechos humanos*. Madrid: Sepin Editorial Jurídica, 2023.

8.5 Legislação e Documentos de Organismos Nacionais

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. *Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm

BRASIL. *Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm

BRASIL. *Lei n.º 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm

BRASIL. *Senado Federal. Parecer n.º 208, de 2024 — Redação final do PL n.º 2.338/2023 (Marco Legal da IA)*. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/160342>

8.6 Documentos de Organismos Internacionais

COMISSÃO EUROPEIA. *Livro Branco sobre Inteligência Artificial: uma abordagem europeia para a excelência e a confiança*. Bruxelas: CE, 2020. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52020DC0065>

OCDE. *OECD Principles on Artificial Intelligence*. Paris: OECD, 2019. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0449>

UNESCO. *Recommendation on the Ethics of Artificial Intelligence*. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381137_por

UNIÃO EUROPEIA. *Regulamento (UE) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho (GDPR)*. Jornal Oficial da União Europeia, 2016. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32016R0679>

UNIÃO EUROPEIA. *Regulamento (UE) n.º 2024/1689 do Parlamento Europeu e do Conselho (AI Act)*. Jornal Oficial da União Europeia, 2024. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32024R1689>

FRA — Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia. *Artificial Intelligence and Fundamental Rights*. Viena: FRA, 2020. Disponível em: <https://fra.europa.eu/en/publication/2020/artificial-intelligence-and-fundamental-rights>

